

O Programa Bolsa Família e seus impactos na educação e no empoderamento feminino no município de Pinhalão, PR

El Programa Bolsa Familia y sus impactos en la educación y en el empoderamiento femenino en el municipio de Pinhalão, PR, Brasil

The Bolsa Família Program and its impacts on education and female empowerment in Pinhalão, PR, Brazil

Anna Thays Hermes Isabel
annathayshermes@hotmail.com

Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, Campus de Cornélio Procópio, PR

Vanessa Maria Ludka
vanessaludka@gmail.com

Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, Campus de Cornélio Procópio, PR

Resumo: Analisar os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) é necessário para compreender como as políticas públicas tem sua efetiva relação com o espaço. A pesquisa buscou analisar os impactos do PBF, na área da educação e no empoderamento feminino das famílias beneficiárias do município de Pinhalão-PR. Metodologicamente, este artigo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, em sites e órgãos governamentais e entrevistas. Pode-se notar os primeiros passos do empoderamento nas beneficiárias, quando se trata de autonomia financeira, a partir da transferência direta de renda. No entanto, embora o PBF também esteja ligado à Educação, não foi possível notar seu impacto na educação do município.

Palavras-chave: Programa sociais, transferência de renda, autonomia financeira.

Resumen: Analizar los impactos del Programa Bolsa Familia (PBF) es necesario para comprender cómo las políticas públicas tienen su efectiva relación con el espacio. La investigación buscó analizar los impactos del PBF, en el área de la educación y en el empoderamiento femenino de las familias beneficiarias del municipio de Pinhalão-PR. Metodológicamente, este artículo fue realizado por medio de investigaciones bibliográficas, en sitios y organismos gubernamentales y entrevistas. Se puede notar los primeros pasos del empoderamiento en las beneficiarias, cuando se trata de autonomía financiera, a partir de la transferencia directa de renta. Aunque está vinculado con la educación, no fue posible notar impactos del mismo en la educación al no ser cuando se trata de la obligatoriedad de frecuencia.

Palabras clave: Programas sociales, transferencia de ingresos, autonomía financiera.

Abstract: Analyzing the impacts of Bolsa Família Program (BFP) is necessary to understand how public policies have an effective relationship with the environment. This research aimed to analyze the impacts of BFP, in the area of education and female empowerment of beneficiary families in Pinhalão-PR. Methodologically, this article

was conducted per bibliographical research, in websites and government agencies and through interviews. It is possible to notice the first steps of empowerment in beneficiaries, when it comes to financial autonomy, from the right transfer of income. Although it is linked to education, it was not possible to notice its impact on education, except when it comes to compulsory attendance.

Keywords: Social programs, income transfer, financial autonomy.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Com o intuito de combater a pobreza, a miséria e a fome, o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família (PBF) para amenizar as desigualdades sociais encontradas no espaço. Trata-se do primeiro programa que consiste em transferência direta de renda para a mulher, sendo uma unificação dos programas criados no Governo de Fernando Henrique Cardoso: Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, Cadastramento Único do governo federal e Bolsa Escola. Implementado em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, todos esses auxílios são incluídos no PBF por meio do Cadastro Único (CAMPELLO; NERI, 2012).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2015) o Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Possui três eixos principais: complemento a renda, acesso a direitos e articulação com outras ações.

- a. Complemento de renda: consiste em transferência direta de dinheiro pelo Governo Federal, para as contas das beneficiárias, com intuito de combate imediato da pobreza;
- b. Acesso a direitos: as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social;
- c. articulação com outras ações: o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais, a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Os requisitos básicos para participar do programa são: Famílias com renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais e Famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes, de 0 a 17 anos (MDS, 2015). A retirada do benefício acontece uma vez por mês com o uso de um cartão magnético exclusivo, no nome da beneficiária, mediante a apresentação de um documento de identificação, certidão de nascimento ou casamento. Nesse contexto percebe-se o papel fundamental da mulher na transferência direta de renda e esta transferência, para Silva e Silva et al. (2016, p. 87), “... tem o foco na unidade familiar, cabendo prioritariamente à mãe representar a família junto ao programa, sendo, na grande maioria dos casos, a titular do benefício [...]”.

O acesso à saúde inicia-se pela vacinação das crianças com até sete anos de idade, e acompanhamento de seu desenvolvimento. As gestantes também devem ser acompanhadas pela realização do pré-natal, comparecendo às consultas em Unidades Básicas de Saúde (MDS, 2015).

Em 2018, cerca de 13,7 milhões de famílias brasileiras eram beneficiárias do PBF (MDS, 2018b). A Tabela 1 demonstra o número de famílias beneficiárias e os valores repassados, por região. Como observado, a região que mais possuía famílias beneficiárias e, consequentemente, maior repasse de verba era a região Nordeste, porém a região com o maior valor médio do benefício era a região Norte. A região Sul era a segunda região com menos famílias beneficiárias, sendo também a segunda em relação ao valor do benefício médio. No Estado do Paraná, em 2018, foram atendidas 363.352 famílias, sendo o repasse total de R\$ 55.592.821,00, com um valor médio de R\$ 153,00 mensais por família (MDS, 2018b).

Tabela 1: Valores de repasses e famílias beneficiárias pelo PBF, por região.

Regiões	Número de Famílias	Repasse total (R\$)	Benefício médio
Nordeste	6.942.227	1.272.592.651,00	183,31
SUDESTE	3.553.154	587.847.630,00	165,44
Norte	1.750.691	350.513.873,00	200,21
SUL	836.763	132.288.231,00	158,10
Centro Oeste	653.506	102.436.811,00	156,75

Fonte: adaptado de MDS (2018b).

O PBF, enquanto promotor de políticas públicas e ações sociais, tem um papel de grande importância para as famílias beneficiárias. Notam-se esses impactos sob dois contextos: o primeiro está diretamente ligado ao desenvolvimento da educação, enquanto obrigatoriedade, e o segundo é o empoderamento das mulheres beneficiárias do programa.

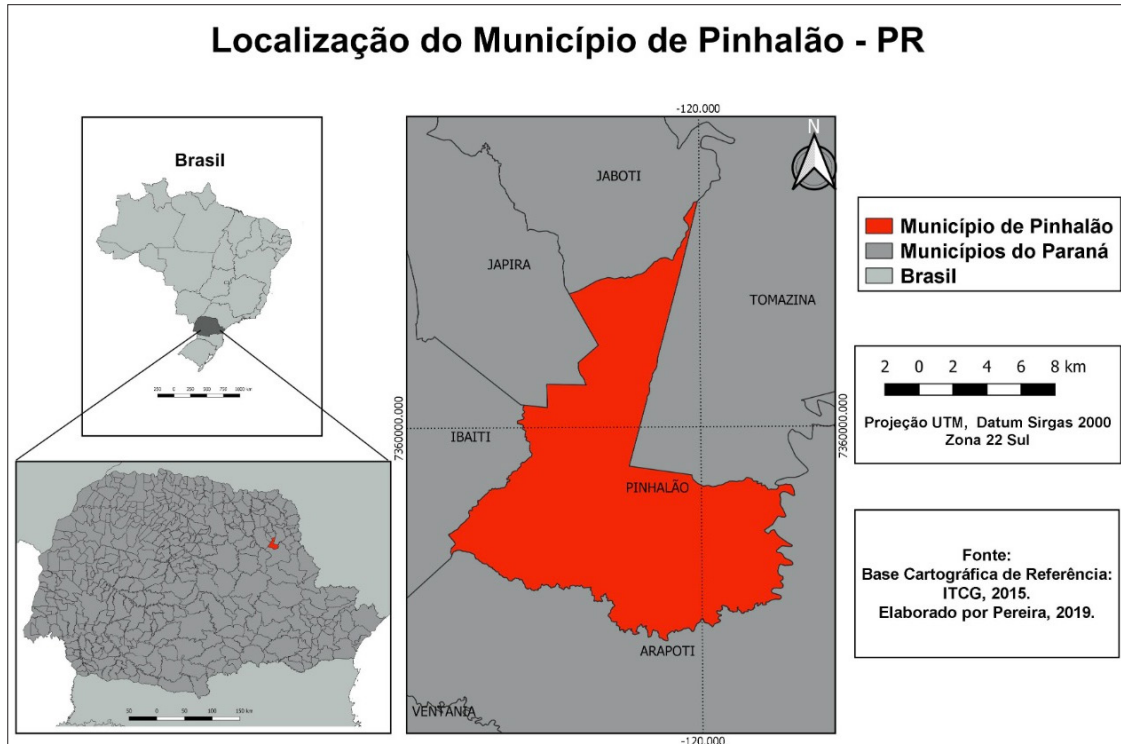
Esta pesquisa analisa os impactos do PBF na área da educação e no emponderamento das mulheres e famílias beneficiárias no município de Pinhalão, PR, para compreender toda uma dinâmica social de como as políticas públicas tem sua efetiva relação com o espaço.

Segundo o IBGE (2010), o município de Pinhalão possui 6.215 habitantes e está localizado na Macrorregião do Sul do Brasil, no Nordeste do Paraná, fazendo parte da Mesorregião e Microrregião do Norte Pioneiro Paranaense (Fig. 1). Seu PIB é de R\$ 148.664 e sua taxa de pobreza é de 10,67% (ATLAS BRASIL, 2010), com 63,14% de população urbana e 36,86% de população rural (ATLAS BRASIL, 2010). O PBF possui papel relevante para o PIB do município, com benefício médio por família de R\$ 144,83. A cada R\$ 1,00 transferido as famílias o PIB municipal tem acréscimo de R\$ 1,78, sendo assim, o PBF gera uma renda não só pra famílias beneficiárias do programa, mas também para toda a economia do município (MDS, 2018a).

Segundo relatório de novembro de 2018 do MDS, 938 famílias são inseridas no Cadastro Único. Destas, 357 famílias recebem o auxílio do PBF, e se não fosse o programa, 83 famílias estariam em condições de extrema pobreza¹ (MDS, 2018a). Pinhalão ainda está abaixo da meta de atendimento de Programa, pois proporciona apenas 78,83% de cobertura do Cadastro Único em relação à estimativa de famílias pobres no município, significando que ele ainda não conseguiu alcançar a cobertura total em relação aos 10% da taxa de pobreza do município (MDS, 2018a).

1 A condição de extrema pobreza para o MDS (2015) se refere a famílias que recebem menos de 85 reais por pessoa mensal.

Figura 1: Localização do município de Pinhalão, Paraná.



Fonte: adaptado de ITCG (2015).

METODOLOGIA

Metodologicamente esse artigo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica de autores como Sen (2010), Blatiwala (2006), Costa (2004), entre outros, além de pesquisas em *sites* de órgãos governamentais e entrevistas, estas divididas em dois questionários:

O primeiro questionário, com o intuito de analisar o impacto do PBF na vida das mulheres beneficiárias, foi aplicado com o auxílio da responsável do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, que selecionou 12 das 274 famílias atendidas na área urbana. Sendo assim as entrevistas foram realizadas no Bairro da Vila Guarani no conjunto habitacional do *Programa Minha casa, minha vida*, como o local de maior vulnerabilidade social próximo à área urbana. Devido ao período ser da safra de café no município, uma das principais atividades que geram renda para essas famílias, foi possível entrevistar apenas oito beneficiárias, pois as demais estavam trabalhando ou nas colheitas, ou nas cafeiras da cidade.

Por se tratar de famílias vulneráveis, a responsável do CRAS acompanhou as entrevistas, prevenindo o retraimento das beneficiárias perante questionamentos de estranhos com relação ao benefício. Foram levantados: Idade; Valor que recebe de Bolsa Família? Dificuldade de gerar renda? Desde quando recebem os benefícios, o que mudou? Alguém da sua família trabalha? Onde? Qual é a importância do PBF? Participa ou já participou

de projetos proposto pelo CRAS? Quais? Número de crianças você tem? Elas estão matriculadas? De que maneira o PBF auxilia na manutenção das crianças na escola? A casa é de vocês? O que você conseguiu adquirir com o Bolsa Família? Você acha que conseguirá viver sem o Bolsa Família caso acabe?

O segundo questionário, com o objetivo analisar o impacto do PBF na educação, foi aplicado a pedagogos das quatro escolas da rede básica de ensino da área urbana do município.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O EMPODERAMENTO FEMININO

Dentre das ações citadas pelo MDS podem-se destacar três principais condicionalidades proposta pelo PBF: o acesso à renda, o acesso à saúde e o acesso à educação (MDS, 2015).

Com o surgimento de políticas públicas a mulher vem conquistando papéis importantes no espaço e na sociedade, onde ela passa de um ser passivo de submissão a uma portadora de direitos e principalmente, o que mais chama a atenção nesta pesquisa. Sendo assim, a pesquisa buscou compreender como este emponderamento está formando uma nova organização social nas famílias do PBF.

[...] já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que alteraram vida das mulheres e dos homens (SEN, 2010, p.246).

Conceituando as palavras da autora, as mulheres a partir do momento em que são inseridas de maneira igual na sociedade passam a fazer parte de um processo de transformação na sociedade, empoderando-se a cada nova conquista.

O empoderamento feminino, segundo Batliwala, (1994, p.129) *apud* Sardenberg (2006) é o “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia”.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. [...] para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (BATLIWALA, 1994, p. 129).

Portanto, o empoderamento feminino pode ser definido como a autonomia de mulheres perante a sociedade e a autonomia de decidir suas próprias vidas, suas escolhas, vontades e ideais.

O conceito de empoderamento surgiu na década de 1970, com movimento feminista, no qual significava o desejo por mudanças radicais de processos e de estruturas com o intuito de diminuição da subordinação das mulheres em relação ao gênero, passando a ter autonomia no que tange aos aspectos de sua vida (COSTA, 2004; LISBOA, 2008). Para

Djamila Ribeiro (2017) o empoderamento feminino é um conjunto de ações praticadas do dia-a-dia que só acontece a partir do momento em que há uma luta coletiva por direitos iguais na questão de gênero.

Empoderamento implica uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos”. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação da realidade na qual se encontra. É uma nova concepção de poder que produz resultados democráticos e coletivos. É promover uma mudança numa sociedade dominada pelos homens e fornecer outras possibilidades de existência e comunidade. É enfrentar a naturalização das relações de poder desiguais entre gêneros e lutar por um olhar que vise a igualdade e o confronto com os privilégios que essas relações destinam aos homens. É a busca pelo direito à autonomia por suas escolhas, por seu corpo, por sua sexualidade. (RIBEIRO, p.90-100. 2017)

Uma das grandes preocupações quando se fala em empoderamento é sua relação com a ordem patriarcal, tanto na questão do domínio do homem na sociedade quanto principalmente nas famílias, onde as mulheres não tem o poder de decidir suas próprias vidas. Para Costa (2004, p.9),

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como, um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.

Assim, os dois primeiros passos quando se trata em empoderamento são a diminuição e/ou rompimento do poder patriarcal e a autonomia financeira, o que proporciona a elas por diversas vezes a conquista da chefia de sua família².

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

O PBF apresenta entre suas exigências, que “Os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola; A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês (MDS, 2015)”.

De acordo com o MDS (2015), é importante que a família justifique a falta da criança ou adolescente através de comunicado da escola, que deverá marcar o motivo da falta no Sistema Presença/MEC. São disponibilizados 88 motivos, entre eles faltas por doenças,

2 Chefia de famílias ou chefes de família: conceito originado nas sociedades antigas, geralmente associado aos homens, haja vista que para tal função o valor econômico do homem como provedor financeiro estabelecia a relação de co-dependência dos membros familiares, dando-lhe, neste sentido, o atributo de responsabilidade da família e sucessivamente o poder sobre os demais membros do domicílio (CARVALHO, 1998, p. 52).

óbito na família, suspensão, abuso sexual, negligência dos pais ou responsáveis, envolvimento com drogas, trabalho infantil, entre outros.

Outra ação promovida pelo PBF na área da educação é o *Programa Brasil Carinhoso* que, segundo Silva e Silva et al. (2016), a partir da Medida Provisória de nº 570 publicada em 14 de junho de 2012, garante o acesso à educação infantil para crianças de 0 a 4 anos de idade. Determina repasses do MEC para Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), para o atendimento as crianças das famílias beneficiárias do programa. Esse recurso é destinado ao custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil, com ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional (MDS, 2015).

Silva e Silva et al. (2016) destacam também os programas *Brasil Alfabetizado* e *Mais Educação*. O *Programa Brasil Alfabetizado* tem por intuito elevar a escolaridade de jovens com 15 anos ou mais, que não estão frequentando ou não tiveram acesso à escola, sendo os gestores do PBF do município os responsáveis por encaminhar esses jovens. O *Programa Mais Educação* visa à educação integral em escolas públicas para crianças do PBF, para o desenvolvimento de disciplinas curriculares.

A obrigatoriedade da matrícula e frequência escolar muitas vezes é vista como uma imposição para esses alunos frequentem a escola, porém deve-se olhar de maneira mais crítica as condicionalidades nas quais famílias do PBF se encontram. Na grande parte das vezes a família começa a se estruturar após o contato com a educação, com os projetos, com sessões psicológicas oferecidas pelo CRAS. Neste caso, o PBF também se encontra como um promotor de oportunidades para a criança e jovens das famílias beneficiárias, oportunidades estas que muitas mães não tiveram. A participação da família como um todo na vida escolar de uma criança, adolescente ou jovem contribui para o progresso educacional que envolve o estudante.

O PROGRAMA DO BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES E DAS CRIANÇAS BENEFICIÁRIA NO MUNICÍPIO DE PINHALÃO, PR

No município, o PBF e o CRAS vem realizando desde 2004 vários cursos profissionalizantes para as mulheres do programa, totalmente gratuitos, com a inclusão de todo o material necessário para sua realização. O objetivo é proporcionar profissionalização para que as mulheres consigam trabalhar e gerar uma renda para sua família. Dentre os cursos oferecidos pelo PBF em Pinhalão pode-se destacar cursos de cabelereira, panificação, pintura em tecidos, manicure e pedicure, corte e costura, boneco de palha, flores de EVA, de adesivos de unhas, limpeza de pele, massagem, entre outros.

A primeira conquista quando se trata de Bolsa Família e empoderamento feminino, é proporcionar às mulheres beneficiárias, em um primeiro momento, a administração financeira de sua família. Para Rego e Pinzani (2013), a liberdade e a independência financeira são o primeiro passo para a chegada da autonomia, para que assim as mulheres adquiriram condições de se tornarem portadoras de direitos e deveres

[...] uma mulher que depende de seu marido, ou da sua família patriarcal, ou de sua própria força de trabalho (que a condena a empregos mal remunerados pela sua falta de qualificação) não tem uma possibilidade real de sair de seu meio e procurar por outro onde possa desenvolver uma maior autonomia. Por outro lado, se fosse possível contar com uma renda mínima mensal, ela poderia dar o primeiro passo para sair de uma condição de dependência humilhação e precariedade [...] (REGO; PINZANI, 2013, p. 78).

Outro ponto é a questão da liberação patriarcal, onde na maioria das vezes as mulheres do PBF se tornam as únicas provedoras de renda fixa mensal, o que proporciona certa independência ao quebrar esse vínculo patriarcal familiar. No entanto, a autonomia tem um efeito além do âmbito familiar, tendo uma ligação intrínseca na vida dessas mulheres em sociedade. Segundo Rego e Pinzani (2013, p. 1999), “Neste sentido a renda liberta a pessoa de relações privadas opressoras e de controle pessoais sobre sua intimidade [...] permitindo-lhe mais movimentação, portanto, novas experiências [...]”.

As entrevistadas serão identificadas por letras, a fim de preservar sua identidade (Tab. 2).

Tabela 2 - caracterização socioeconômica das entrevistadas.

Entrevistadas	Idade	Nº de pessoas por domicílio	Nº de crianças por domicílio	Valor mensal do benefício R\$
A	40	6	3	209,00
B	32	4	2	171,00
C	33	4	3	396,00
D	21	3	1	126,00
E	30	9	7	295,00
F	37	4	2	170,00
G	30	5	3	280,00
H	20	5	2	390,00

Fonte: Dados levantados pelas autoras nas entrevistas.

As entrevistadas tinham idade entre 20 e 40 anos; um dos casos que mais chamou a atenção foi o da entrevistada C, que possuía em torno 33 anos, mas afirmou não saber sua idade ao certo, necessitando da ajuda de uma vizinha para responder sua idade e a de sua filha de 13 anos, bem como para responder as demais perguntas do questionário. Mesmo não sabendo ler e escrever e tendo poucas informações, ela diz ser responsável pelas despesas da família de quatro pessoas, visto seu marido ser falecido. Sua filha disse que recebem R\$ 396,00 do PBF, sendo a família que recebe o valor mais alto de benefício. Neste caso percebe-se muito presente as palavras de Amartya Sen (2008), de que a pobreza financeira e a privação de capacidade andam frequentemente juntas.

Das mulheres entrevistadas, sete possuíam casa própria; esse fato deu-se devido ao recorte espacial selecionado ser um bairro de casa populares do governo.

Quando questionada sobre a dificuldade em gerar renda, a entrevistada A respondeu: “A agente não tem renda na verdade, nois trabaia assim né diarista, assim a gente ganha

conforme nois trabaia. Dificuldade nois sempre tem né, porque tem época que não tem serviço, daí a gente passa apuro qui nem final de ano memo. Qui nem quando é coeita de café, tem morango, é época de serviço ... daí a gente ainda trabaia né. Mas quando acaba a coeita de café e de morango, final de ano assim, daí a gente passa bastante apuro, daí porque não tem nada pá fazer". A entrevistada A contou também que morava em outro local, mas então ganhou a moradia do governo; que estudou até o segundo ano do ensino fundamental; que todos os adultos da casa trabalhavam na roça, sem renda fixa, recebendo diariamente, com renda variável de mês em mês. Em relação à dificuldade em gerar renda, ela salientou a falta de estudo. Também ressaltou a importância do PBF para as despesas de água, luz, e para comprar itens necessários para as crianças. Ela relatou ser a responsável pela despesa familiar.

Quando questionada a importância do PBF na educação, relatou: *"É, ela ajuda também né? Porque as vezes eles fala, né, tô desanimado de estudar porque nois não tem condições de fazer, né? O que adianta estudar, estudar e não ter condições de fazer uma faculdade. Só que daí eu sempre falo: mas só que se vocês pará, corta a Bolsa Família, e a Bolsa Família me ajuda".* Percebe-se quanto o PBF motiva a permanência da criança na escola, pois mesmo o jovem não tendo perspectiva de dar continuidade aos estudos o benefício o mantém até o ensino médio.

Quando questionada sobre ter adquirido algo com o PBF, ela relatou: *"Já, já comprei algumas coisas, roupas pras crianças mesmo, fiz prestação pra comprá roupas pras crianças, já consegui as coisinhas, peguei esse dinheiro, querendo ou não você pode contar com ele né? As crianças indo certo pra escola, vem todo mês. Já é uma renda... Igual eu que trabalho por dia, quando eu trabalho eu tenho esse dinheiro, quando não trabalho eu não tenho, daí esse dinheiro é o dinheiro que eu posso contar. Que o mês vencendo já vai tê esse dinheiro".* Relatou também nunca ter participado de projetos realizados pelo CRAS do município por impedimento do trabalho.

Observa-se neste caso, como o PBF permite a independência financeira para mulheres que participam do mesmo, reforçando a ideia de Rego e Pinzani (2013) de que a autonomia financeira é o primeiro passo para o empoderamento feminino, principalmente quando se trata de mulheres com alto índice de vulnerabilidade social.

A entrevistada B alegou ser a única da casa que trabalha, sendo ela a responsável pelas despesas da família. Relatou que trabalha como diarista, e também como é difícil ingressar no mercado formal de trabalho por ser a única responsável pela casa e pelas crianças. Quando questionada sobre a importância do Bolsa Família ela respondeu: *"Eu acho que ela é importante porque você pode contar com aquele dinheiro todo mês, você pode pagar uma conta com ele, comprá uma coisa dentro da casa que falta, comprá um gás, pagá um leite, igual o dinheiro de hoje, eu peguei pra pagar leite".* Ela diz já ter participado de projetos propostos pelo CRAS, achou bom mas não explicou detalhes do porquê não quis dar continuidade. Quando cogitada a possibilidade de cortar o Bolsa Família pelo governo ela disse que conseguiria viver, porém com mais dificuldade. Sobre a importância do Bolsa Família na educação ela respondeu: *"É assim ... é bão que nossa com aquele dinheiro você indo dá pra comprá alguma coisa pra vocês, compra um calçado, uma roupa".*

A fala da entrevistada B representa bem de como a renda do PBF auxilia na conquista da dignidade social da mulher em poder adquirir o básico para a sobrevivência de sua família.

A entrevistada D recebia o benefício há um mês, e relatou sobre a dificuldade de gerar renda, sobre a falta de serviço, e que seu marido era o único responsável pela despesas familiares. Quando questionada sobre a importância do PBF ela disse “Ajuda a criança né? enquanto não tem serviço né?”. Quando questionada sobre a participação nos projetos propostos pelo CRAS diz não ter adiantando muita coisa, pois não gostou de nenhum dos cursos. Quando questionada sobre a importância do PBF na educação ela respondeu “Pra comprá roupa né! material”.

A entrevistada E relatou que só o marido trabalha e é o responsável pela despesa familiar. Quando questionada sobre a dificuldade de gerar uma renda fixa respondeu: “Fora o Bolsa Família, assim fixo e garantido, é [difícil].”. Quando questionada sobre o que mudou em sua vida a partir do PBF, respondeu: “Ah muda né? porque é um dinheirinho a mais que a gente compra leite, paga um leite, uma fralda, compra uma coisa pras crianças”. Relatou também que o dinheiro do PBF ajuda muito a família, pois é a única renda fixa mensal “Ajuda né! vem certinho todo mês”. Sobre os cursos do CRAS, alegou ter participado, porém não deu continuidade, pois não se interessou pelos mesmos. A entrevistada não observa diferença no acompanhamento escolar das 7 crianças da casa em relação ao PBF. Quando questionada se conseguiu adquirir algum bem com o benefício do PBF ela reforçou a importância do mesmo para a segurança alimentar da família.

Mais uma vez, em mais uma entrevista a fala das mulheres reforçam a ideia de que o benefício do PBF é de extrema importância para a segurança alimentar³ das famílias beneficiárias.

A entrevistada F, quando questionada sobre a dificuldade de gerar renda respondeu: “Ah serviço né, meu marido parado desempregado não tem serviço.... eu trabalhando uma vez por semana só de diarista”. Quando questionada qual a dificuldade de conseguir um trabalho com carteira assinada: “Ah eu queria um serviço assim né de registrada” alegou que não consegue emprego devido a problemas de saúde. Quando questionada sobre a importância do PBF “Ah ajuda bastante eu compro roupa pras crianças né! até comida, né, quando falta agente compra, né!”. Sobre os cursos do CRAS disse nunca ter participado, disse também ser a responsável pela despesa familiar. E sobre a relação do PBF com educação, destacou: “Ah, sei lá, eu acho que ajuda bastante. Assim, tipo material né? roupa assim, e meu guri toma remédio, né? daí eu compro”.

A entrevistada G relatou o marido como sendo o principal responsável pelas despesas de casa, e que sua maior dificuldade em conseguir ingressar no mercado de trabalho formal é ter uma filha recém-nascida. Quando questionada sobre a importância do PBF, respondeu: “Olha, o BF ajuda bastante nas coisas das crianças, sabe? daí ele trabalha e fica pro aluguel e comida”. Sobre os projetos dos CRAS: “Já, de cabeleira, mas daí não tenho paciência”. Quando questionado sobre a importância do PBF para a educação: “Ah ajuda com material, as vezes com uniforme”.

³ “situação na qual as pessoas, a qualquer momento, têm acesso físico e econômico a uma quantidade de alimentos seguros e nutritivos, que satisfaçam as necessidades de uma dieta que permita uma vida ativa e saudável” Cimeira Mundial da Alimentação (1996) *apud* Instituto Camões (2015).

A entrevistada H relatou ser a única responsável pela despesa familiar, disse também nunca ter participado dos projetos do CRAS, e também que se o BF fosse cortada seria difícil, mas não colaborou com nada a mais.

Dentre as entrevistadas, cinco se diziam responsável pela renda da famílias, sendo chefes de suas famílias, e três apontavam seus maridos como os responsáveis. Esses números vêm tendo uma significativa representatividade nos lares brasileiros, onde em 1995 eram 9.555.110 famílias chefiadas por mulheres, subindo em 2015 para 28.614.895 famílias (IPEA, 2015), no qual o PBF é um dos componentes da dinâmica desse processo. Percebe-se que o benefício do PBF tem muita relevância quando se trata na segurança alimentar das famílias beneficiárias, sendo muito destacado como a única renda fixa mensal dessas famílias.

Na fala das entrevistadas, observa-se como os cursos propostos pelo CRAS não atendem, em geral, ao interesse das beneficiárias do município de Pinhalão, não alcançando resultados efetivos. Neste caso, os responsáveis deveriam repensar sobre a questão, oferecendo cursos que realmente atendessem ao interesse e a necessidade das beneficiárias.

Após as entrevistas com as beneficiárias do PBF foram realizadas entrevistas com as pedagogas de escolas da rede básica de ensino na área urbana do município, identificadas por escolas de número 1, 2, 3 e 4. Uma simples pergunta foi feita: Você enxerga a influência do PBF no rendimento escolar ou na educação dos alunos beneficiários do programa?

A pedagoga da escola 1 (Ensino Fundamental I) dissertou que: *“Não, é até uma briga porque tem que ficar cobrando, lembrando os pais que o filho tem o tal do PBF e precisa ser um aluno assim com frequência, presente nos projetos que são, né, beneficiário. Que eles são obrigados a participarem de um... mas os pais só pensam nisso aqui [dinheiro], eles não vêem a questão que são beneficiários e os alunos também. Como se diz, são aqueles que geralmente ... como se diz, tem problema familiar. Aí acaba formando sempre aquele aluno que falta bastante. Da frequência que não tem, aí a gente cobra, cobra ... mas não tem ninguém que é responsável pela criança, então eu acho que é uma diferença muito grande”*

A pedagoga da escola 2 (Ensino Fundamental I) proferiu que: *“Bastante. Os alunos aqui da escola que recebem BF geralmente são alunos, assim, que quase não pedem material sabe? A gente sempre observa que eles usam o dinheiro pra comprar material, e uma coisa que eu observo também é que eles ficam ansiosos pra quando vai receber o dinheiro do BF, eles usam pra comprar coisas particulares pra eles. Tem alunos que não querem nem vir pra escola nesse dia, mas daí eu falo: não pode faltar por causa da frequência”*.

Já a pedagoga da escola 3 (Ensino Fundamental II) destacou que: *“Não tem diferença nenhuma, não tem cobrança do PBF. A única cobrança é na presença; os alunos tem que ter uma porcentagem, não sei por que tem essa diferença de 75% e 85%. Mas rendimento, comportamento ... nada. E tem mais, tem aluno que é PBF e desde maio não vem pra escola. Já foi comunicado pro-motora - a cada dois meses é feito o relatório e o nome continua na lista. Não compra material, não tem camiseta, então eles não usa pra escola entendeu. Assim é uma coisa que tem que ser repensada. Que os pais não tão utilizando esse dinheiro com o objetivo de investir na educação do filho, no material dele. Agora mesmo tem um aluno que tá escrevendo numa folha porque tá sem caderno, então não tá sendo bem aplicado esse dinheiro. Tem que ser bem repensado. Às vezes, por um acaso, corta o PBF ai eles vem saber aí, não sei nem porque, então a gente não sabe como funciona, pelo*

município, quem são os responsáveis. A única coisa que recebemos é uma planilha a cada dois meses. Agora vamos fazer uma de novembro e dezembro, ver as falta dos alunos”.

Já a pedagoga da escola 4 (Ensino Médio e Profissionalizante) relatou que: *“Bom a gente não observa diferença nenhuma, inclusive tem alunos que tem PBF e não vem na aula, não influência em nada na frequência ou na permanência”.*

Foi possível observar com estas falas um estereótipo e desconhecimento muito nítido sobre a dinâmica e funcionamento do PBF; sobre seus objetivos, no qual não conseguem enxergar o PBF como um programa de erradicação contra a pobreza, e a educação apenas um eixo de atuação do Programa. Acreditam que benefício do PBF é exclusivamente na área da educação, destinado à compra de materiais para os alunos e à cobrança de frequência escolar. A pedagoga da escola 1 observou uma questão importante, que deveria ser avaliada mais frequentemente pelos gestores do PBF, que é o *déficit* escolar presente em alguns alunos devido à vulnerabilidade em que as famílias se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco discutido pela Geografia e muito estereotipado pela sociedade, o PBF é visto como um objeto político partidário sendo, por diversas vezes, considerado um instrumento causador de dependência e comodismo por parte das pessoas que recebem o benefício. Desse modo, poucos enxergam o PBF em sua essência, como um instrumento de privação da pobreza, que transforma toda a realidade de uma sociedade envolvida com o Programa por meio de seus projetos e propostas.

Neste caso, a Geografia busca compreender como o PBF impacta na dinâmica social e como essa relação influencia ou contribui para a sociedade em questão. Analisar o empoderamento se faz necessário na atualidade, principalmente na ciência geográfica, pois trabalhar essa temática contribui imensamente para extinguir as desigualdades de gênero presentes nas vidas principalmente das mulheres, sendo elas as mais atingidas com essa problemática.

Não foi possível verificar um nítido empoderamento proposto pelos autores na discussão bibliográfica presente nas falas e, principalmente, nas vidas das mulheres beneficiárias do PBF. Em contrapartida, quando se trata de autonomia financeira e chefias de famílias, é possível observar que se delineiam passos para esse empoderamento, principalmente em relação ao rompimento da autonomia patriarcal. Deve-se levar em conta toda a historicidade, a qual as mulheres, por muito tempo, viveram nas sombras do patriarcalismo, não tendo mínimas oportunidades de exercer o domínio de sua própria renda, administração de seus bens e de sua família, nem decisões com impactos em suas vidas.

Seria precipitado afirmar que essas mulheres se encontram plenamente empoderadas. Seria necessário mais do que transferência direta de renda para acontecer o empoderamento efetivo. No entanto, é preciso considerar também que proporcionar renda, acompanhamento na saúde e na educação é um passo muito importante para essas mulheres que se encontram em vulnerabilidade social.

Os projetos profissionalizantes propostos pelo CRAS deveriam ser o início para mudanças efetivas de empoderamento, trazendo novas opções de trabalho. Porém grande parte desses cursos não atende aos interesses nem às necessidades dessas mulheres do município. É importante destacar que apesar de todo o contexto de pobreza e dificuldade de ingressar no mercado formal de trabalho, essas mulheres chefes de família possuem profissão, mesmo não sendo assalariadas. Ganhando diárias elas encontram uma maneira de gerar renda para o sustento de sua família.

Embora o PBF possua um eixo diretamente ligado à educação, nesta avaliação não foi possível observar os impactos do Programa na educação do município. Apesar do PBF contribuir para o acesso à educação, com obrigatoriedade da frequência escolar, ainda não é capaz de suprir os *déficits* cultural, social e educacional, provindos da pobreza.

REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL. 2010. **Pinhalão, PR**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pinhalao_pr. Acesso em: 21 ago. 2018.
- BARROS, Valéria Rezende Freitas; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Empoderamento ou mudança de situação financeira? Um estudo com beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 21, n. 70, p.264-281, set./dez. 2016. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/download/57697/63028. Acesso em: 03 mar. 2019.
- BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L.C. (eds.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University Press, 2006. p.127-138.
- CAMPELLO, Thereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.
- CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: uma relevância política social dirigida. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 57, p. 74-98, jul. 1998.
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres**. 2004. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pinhalao/panorama>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- INSTITUTO CAMÕES. **O nosso mundo, a nossa dignidade o nosso futuro: Ficha temática segurança alimentar**. 2015. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_ficha_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relato das Diversidades de Gênero e Raça**. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html. Acessado em: 15 set. 2018.
- LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, 8, 2008, Florianópolis. **Anais...** 6p. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf. Acesso em: 31 maio 2018.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família O que é**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Relatórios de Informações Sociais: RI Bolsa Família e Cadastro Único PINHALÃO (PR)**. 2018a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>. Acesso em: 7 out. 2018.

_____. **Bolsa Família beneficia mais de 13,7 milhões de famílias em junho**. 2018b. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>. Acesso em: 13 nov. 2018

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Ed. UNESP. 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva Feminista**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPoderAMENTO DE MULHERES, 1, 2006, Salvador. **Anais ...** Salvador: NEIM/UFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record. 2008

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da et al. A família enquanto público-alvo do Bolsa Família. In: _____. **O Bolsa Família: verso e reverso**. Campinas: Papel Social, 2016. p.68.

Data de submissão: 12/ dez./ 2018

Data de aceite: 01/mar./2019